

**PARECER JURÍDICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 10/2024

**IMPUGNANTE:** PHP TRANSPORTES LTDA

**I DO RELATÓRIO**

Cuida-se de análise jurídica acerca de impugnação e pedido de esclarecimento apresentados pela licitante PHP TRANSPORTES LTDA em face do Edital n. PE10/2024, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO COM VEÍCULO DO TIPO ÔNIBUS URBANO PARA ÁREA RURAL E ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIO DEVIDAMENTE REGULAMENTADOS E MOTORISTAS DEVIDAMENT HABILITADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITUR MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL.

Em suas razões, aduz a impugnante que já existe a prestação do mesmo transporte por empresa habilitada oriunda de licitação pregão eletrônico n. 04 do ano de 2022 e que é permitido renovar este contrato por cinco anos, até o ano de 2027.

Alega, também, que não existe a exigência de que as empresas apresentem planilha de composição de custos, para demonstrarem os encargos pelos quais chegaram ao valor proposto.

Além disso, a empresa formulou pedido de esclarecimento a fim de que seja esclarecido se o alvará de funcionamento



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

exigido no edital se refere à matriz cuja empresa tem sua sede, ou se trata de alvará expedido pelo Município de Bocaiúva do Sul. Solicita, ainda, que seja esclarecido o prazo de vigência contratual, pois no item 6.1. consta que o prazo de vigência do Contrato será até dezembro de 2024 e o valor global é previsto para 12 (doze) parcelas.

É o breve relatório. Passa a opinar.

### **III DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **III. 1 DA QUESTÃO SUSCITADA PELA IMPUGNANTE EM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N. 10/2022**

Em suas razões, a impugnante sustenta que o contrato vigente permite a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 05 (cinco) anos, não havendo necessidade de deflagração de um novo processo licitatório.

Alega que a licitação se trata do mesmo objeto do ajuste atual e que em nenhum momento foi cogitado com a atual empresa, ora impugnante, renovar por mais um período de 12 meses.

Ocorre que o Estatuto de Licitações e Contratos é claro ao prever que eventual prorrogação contratual dependerá da vontade da Administração, a quem compete, sob os critérios de conveniência e oportunidade, decidir se deseja manter, ou não, a presente contratação ou deflagrar um novo processo licitatório.

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
10.412/2019  
CNPJ: 37.762.892/0001-78  
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br  
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br  
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br  
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL  
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO  
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

E, no presente caso, se a Administração Pública Municipal entendeu por abrir um novo certame, esta opção se insere no seu Poder Discricionário e, acima de tudo, no interesse público, considerando v;a

Além do Poder Discricionário exercido pela Administração, que, inclusive é pautado na supremacia do interesse público sobre o particular, vale pontuar que o próprio art. 106, inciso II, da Lei 14.133/21 prevê, como um dos requisitos da prorrogação contratual, que haja comprovada vantagem para a continuidade da avença. E nada disso restou demonstrado.

Sendo assim, deve ser afastada a alegação da impugnante, sobretudo porque a licitação é sempre a regra. E não o contrário.

### **III. 2. DA ALEGADA AUSÊNCIA DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS NA MINUTA DO EDITAL**

A impugnante vem solicitar que a planilha de custos seja exigida como um requisito necessário de habilitação.

Ocorre que a empresa está completamente equivocada.

Primeiro, porque cabe ao fornecedor formular o seu preço por meio de memórias de cálculos de acordo com a sua conveniência, a não ser que tenha que observar determinados índices, o que não é o caso.



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Segundo, porque a própria legislação admite que o orçamento da administração seja sigiloso, se for o caso. Neste contexto, não se vislumbra qualquer motivo para que a Administração seja instada a prever a planilha em seu edital.

Terceiro, porque a planilha de custos nunca foi e nem deve ser critério de habilitação, mas sim de classificação. Isto é, a licitante só pode ser considerada inabilitada de um certame quando não atender as exigências dispostas no art. 68 e seguintes da Lei 14.133/21. A regularidade, ou não, da composição de custos é critério classificatório, e não habilitatório.

### **III. 3 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO QUANTO AO ALVARÁ EXIGIDO NO ITEM**

Neste caso, esclarece-se que, conforme consta no edital, o alvará de funcionamento a ser apresentado deve ser emitido junto a este Município.

### **III. 4 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO QUANTO AO PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL**

Quanto ao prazo de vigência contratual, vale esclarecer que o período de vigência do ajuste ocorrerá até dezembro de 2024, considerando o orçamento do período orçamentário, mas nada impede que possa ser prorrogado para o próximo exercício.

## **IV CONCLUSÃO**

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA  
10.412/2019  
CNPJ: 37.762.892/0001-78  
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

[www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br](http://www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
[intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)  
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL  
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO  
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA



**Jefferson Vilela**

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

Ante o exposto, merece ser mantida a decisão em sua integralidade, julgando **TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a impugnação apresentada.

Bocaiúva do Sul/PR, 22 de março de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 221.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF n. 75.483

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

10.412/2019

CNPJ: 37.762.892/0001-78

OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

[www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br](http://www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br)

[contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)

[intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br](mailto:intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br)

(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL  
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO  
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA